UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MILENA SANTOS DIAS

IDENTIDADE RACIAL NEGRA NA ESCOLA:

ANÁLISE DE AUTODECLARAÇÕES DE COR DE ESTUDANTES
DO ENSINO MÉDIO DO COLÉGIO ESTADUAL MARCOLINO CRUZ SANTOS
(2025)

São Cristóvão/SE

2025

MILENA SANTOS DIAS

IDENTIDADE RACIAL NEGRA NA ESCOLA:

ANÁLISE DE AUTODECLARAÇÕES DE COR DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DO COLÉGIO ESTADUAL MARCOLINO CRUZ SANTOS (2025)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Carlos Franco Liberato

São Cristóvão/SE

2025

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela realização desse sonho e por me manter forte durante essa jornada. Dedico esse trabalho a mim mesma, que suportei todo o processo; mesmo sentindo, às vexes, não ter mais forças para continuar, segui batalhando e cheguei até o fim. Também me agradeço por ter superado cada obstáculo colocado no meu caminho pela impactante desigualdade educacional presente no meio acadêmico universitário.

Dedico essa pesquisa a minhas avós, Josefa de Oliveira Dias (*in memoriam*) e Maria de Matos Dantas dos Santos, mulheres que foram e são minhas maiores referências de força e superação; agradeço, pois, àquelas que no sol lutaram para que a sombra eu pudesse alcançar.

Agradeço em especial ao meu esposo Gustavo Max, por ser o meu ponto de apoio durante a minha jornada acadêmica, sendo o meu maior incentivador nesse caminho. Obrigada por pausar seus sonhos para que eu pudesse realizar o meu. Esse diploma é nosso. Agradeço aos meus pais, Josefa Maiana e Valdinei, por sempre me apoiarem e me ensinarem que é através da educação que podemos conquistar mudanças em nossas vidas. Aos meus irmãos Mirelly e Fabrício, muito obrigada por todo apoio e ajuda durante essa caminhada.

Aos meus amigos de curso Weslla Tamiris, Maria Gleiciane, Vitória Lídia, Elisa Gabriely, Iasmin Mota, Josival Júnior e Jacó Vasconcelos, meu muito obrigada. Vocês foram como uma brisa que vem em um dia de sol escaldante, trazendo alívio em uma jornada tão difícil. Agradeço aos meus amigos do ensino fundamental e médio, Juliana, Maria Eduarda, Emerson e Jamille, que sempre me apoiaram e torceram por mim. Em especial agradeço a Juliana Dias, pessoa responsável por me contar sobre a minha aprovação, sem você minha amiga esse momento não estaria acontecendo.

Agradeço ao meu orientador Carlos Franco Liberato, que comigo compartilhou os seus conhecimentos, tornando possível a construção deste trabalho. Agradeço por me apresentar trabalhos de grandes estudiosos das questões raciais, sem eles esse trabalho não seria possível.

E por fim, faço uma homenagem ao meu colega Hermesson Gurgel (*in memoriam*), que partiu dessa terra, mas a sua memória vive em seus amigos e em todo espaço da Universidade Federal de Sergipe. Agradeço ao Gurgel, por sempre

compartilhar seus conhecimentos de forma humilde com seus colegas e nunca negar ajuda aqueles que precisaram. Gurgel, esse momento também é seu.

Resumo

Este estudo analisa as autodeclarações de cor de estudantes do ensino médio do Colégio Estadual Marcolino Cruz Santos, localizado no Município de Macambira, Sergipe. A pesquisa se concentra em dois momentos distintos. O primeiro é o ato da matrícula escolar anual, geralmente realizada pelos pais ou responsáveis, durante o qual o agente escolar pergunta sobre a cor do estudante, entre outras informações. No início do ano letivo de 2025 e no âmbito dessa pesquisa, aplicou-se um questionário aos estudantes abordando diversos temas de caráter socioeconômico, incluindo sua autodeclaração de cor. Este trabalho investiga como as percepções dos pais e responsáveis a respeito de questões raciais influenciam as "autodeclarações" de cor registradas nas fichas escolares, comparando-as com declarações feitas pelos próprios estudantes nos questionários. Sendo um assunto de grande complexidade, foi necessário abordar conceitos como mito negro, identidade racial e letramento racial, além de explorar as dificuldades e desconfortos associados a essas autodeclarações. A metodologia envolveu pesquisa bibliográfica, análise documental e aplicação de questionários em turmas do ensino médio. Os resultados revelam uma discrepância significativa entre as declarações dos responsáveis e as dos estudantes, evidenciando a necessidade urgente de políticas educacionais que promovam a conscientização racial e fortaleçam de maneira positiva a identidade racial no ambiente escolar, especialmente entre os estudantes negros.

Palavras-chave: Autodeclaração racial; Identidade racial negra; Educação; Letramento racial; Ensino médio.

Abstract

This study analyzes the self-declarations of color by high school students at the Colégio Estadual Marcolino Cruz Santos, located in the Municipality of Macambira, Sergipe. The research focuses on two distinct moments. The first is the annual school enrollment process, usually conducted by parents or guardians, during which the school official asks about the student's color, among other information. At the beginning of the 2025 school year and within the scope of this research, a questionnaire was administered to the students addressing various socioeconomic topics, including their self-declaration of color. This work investigates how the perceptions of parents and guardians regarding racial issues influence the "self-declarations" of color recorded in school files, comparing them with declarations made by the students themselves in the questionnaires. Given the complexity of the subject, it was necessary to address concepts such as the black myth, racial identity, and racial literacy, as well as to explore the difficulties and discomforts associated with these self-declarations. The methodology involved bibliographic research, document analysis, and the application of questionnaires in high school classes. The results reveal a significant discrepancy between the declarations made by guardians and those made by students, highlighting the urgent need for educational policies that promote racial awareness and positively strengthen racial identity within the school environment, especially among Black students.

Keywords: Racial self-declaration; Black racial identity; Education; Racial literacy; High school.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....7
1. RAÇA, COR E EDUCAÇÃO NO BRASIL: PROCESSOS DE EVOLUÇÃO 9
1.1. DEFINIÇÕES DE RAÇA/COR DE ACORDO COM OS CENSOS 9
1.2. EDUCAÇÃO PARA A POPULAÇÃO NEGRA E SUA EVOLUÇÃO 11
1.3. RAÇA E O MITO NEGRO.....12
1.4. IDENTIDADE RACIAL.....15
1.5. LETRAMENTO RACIAL 16
2. PROCESSO DE MATRÍCULA NO COLÉGIO ESTADUAL MARCOLINO CRUZ SANTOS – MACAMBIRA, SERGIPE 19
3. ANÁLISE DAS AUTODECLARAÇÕES.....23
3.1. CONSTRUÇÃO E CRÍTERIOS UTILIZADOS NA APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS 23
3.2. RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS 23
3.3. RESULTADOS DA ANÁLISE DAS FICHAS DE MATRÍCULA.....27
CONSIDERAÇÕES FINAIS 30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 32
ANEXO I: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPANTES MAIORES DE 18 ANOS 35
ANEXO II: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPANTES MENORES DE 18 ANOS…….……..36
ANEXO III: QUESTIONÁRIO……..…38

INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho surgiu a partir das matrículas escolares para o ano letivo de 2024 do Colégio Estadual Marcolino Cruz Santos, localizado na cidade de Macambira, situada na região agreste do estado de Sergipe. Durante meu estágio na referida instituição, fui responsável por orientar os pais no preenchimento dos termos e fichas de matrícula. Em uma dessas fichas, havia perguntas como: “Qual o tamanho da farda do aluno?”, “O aluno tem alergia a algum alimento?” e, a que motivou esta pesquisa: “Qual a cor do aluno?”

Ao me deparar com essa última pergunta, percebi o despreparo de muitos responsáveis em lidar com a temática racial. Considerando que essa pergunta se refere a uma autodeclaração, surge o seguinte questionamento: como esses alunos estariam autodeclarando sua cor se, na maioria dos casos, sequer estavam presentes no momento da matrícula? O que mais chamou minha atenção foi a forma como os responsáveis reagiam, frequentemente demonstrando desconforto ou dificuldade em aceitar as opções de cor disponíveis no formulário (branca / preta / parda / indígena / amarela). Em um dos casos, uma senhora, acompanhada de sua filha, uma criança com cerca de sete anos, afirmou que a menina era “morena”, justificando que ela estava “mais escura por conta do sol”.

Diante dessa experiência, surgiu a necessidade de compreender como o entendimento dos pais e responsáveis influencia a autodeclaração racial dos alunos. A partir disso, propõe-se discutir temáticas como a de “identidade racial” – uma ideia que, como observado, ainda está distante da realidade de muitos cidadãos. É evidente que, no momento da matrícula, muitos pais não conseguem identificar a cor de seus filhos ou tentam evitar determinadas classificações raciais.

Nesta pesquisa, adotei o conceito de raça a partir da perspectiva de Joel Rufino dos Santos (1999), que a compreende como uma construção social, política e ideológica, e não como uma condição biológica. A discussão também se apoiará no conceito de “mito do negro”, desenvolvido por Neusa Santos Souza (1983) em seu livro *Tornar-se negro*. Esta perspectiva será fundamental para se entender os motivos pelos quais muitas pessoas evitam a autodeclaração de ser da cor preta, dada a associação histórica e social do termo

com aspectos negativos ou degradantes. É essencial, pois, considerar esses estereótipos para compreender o receio de parte da população em autodeclarar-se como preta.

Explico, ainda, todo o processo de matrícula realizado no colégio, demonstrando como a autodeclaração nesse contexto revela uma problemática que persiste na sociedade brasileira. Essa questão, muitas vezes, é minimizada por ações que apenas encobrem o problema, sem enfrentá-lo de forma profunda e efetiva.

Com base no conceito de "letramento racial" de Adilson José Moreira (2024), busco compreender como esse conhecimento pode contribuir para a compreensão das relações entre raça e poder na sociedade brasileira, além de oferecer ferramentas para decifrar o funcionamento do sistema de dominação social e racial presente em suas estruturas, dando especial atenção ao sistema escolar brasileiro.

Para atingir esse objetivo, foi aplicado um questionário com respostas anônimas aos estudantes das turmas da 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio do Colégio Estadual Marcolino Cruz Santos, cuja faixa etária majoritária está entre 14 e 18 anos. Vale recordar que cumpri o que determina a Portaria Inep/MEC nº 156, quando diz que a autodeclaração de cor deve ser feita exclusivamente por alunos com idade igual ou superior a 16 anos. Sendo assim, os alunos que não se enquadravam nesse critério foram excluídos da pesquisa. O questionário incluiu diversas questões socioeconômicas, mas teve como foco principal conhecer como os próprios estudantes identificam sua cor ou raça. A partir dos dados obtidos nessa pesquisa, foi realizada uma comparação entre as autodeclarações fornecidas diretamente pelos alunos e aquelas informadas pelos seus responsáveis nas fichas escolares no momento da matrícula.

A análise buscará identificar se há compatibilidade entre as declarações, permitindo verificar se alunos e responsáveis compartilham percepções semelhantes sobre raça e cor. Esta pesquisa pretende, assim, compreender como os estudantes do ensino médio de Macambira se identificam, levando em conta que o meio social influencia diretamente na construção da identidade étnico-racial. A forma como os responsáveis respondem o quesito cor na ficha de matrícula escolar dá indícios de como essa identidade é construída na própria família. Da mesma forma, este trabalho pode contribuir para uma melhor compreensão de como a presença (ou a ausência) de políticas públicas contribui para o enfrentamento do racismo e superação dos equívocos cometidos na implementação de ações afirmativas nas escolas.

1. RAÇA, COR E EDUCAÇÃO NO BRASIL: PROCESSOS DE EVOLUÇÃO

1.1. DEFINIÇÕES DE RAÇA/COR DE ACORDO COM OS CENSOS

O Brasil teve sua formação marcada pela escravização dos africanos e seus descendentes. Os africanos escravizados foram trazidos à força nos porões dos navios para tornar produtiva a colônia portuguesa nas Américas. Esses homens, mulheres e crianças foram obrigados a deixar sua terra, família e cultura material, sendo submetidos a um sistema de exploração e desumanização que caracterizou o período escravocrata durante os períodos colonial e imperial do Brasil.

Durante o Segundo Império, especialmente com a chegada dos anos de 1870 e a aproximação da abolição da escravidão, surgiram diversos discursos e teorias científicas que procuravam justificar a posição subalterna da população negra, composta por escravizados e libertos. Segundo Lilian Moritz Schwarcz (1993, p. 24), "os modelos que explicavam o atraso brasileiro em relação ao mundo ocidental passavam a justificar novas formas de inferioridade". Teorias científicas amplamente difundidas começaram a ser consumidas no Brasil. Muitas delas eram utilizadas para justificar práticas imperialistas e sistemas de dominação racial a nível mundial:

> As teorias raciais foram inventadas no século XIX na Europa e nos Estados Unidos para explicar as origens e características de grupos humanos. Essas teorias tiveram grande aceitação no Brasil entre 1870 e 1930. Elas tinham por base argumentos biológicos, convenientes na época, que relacionavam as características físicas dos indivíduos à capacidade intelectual. (Albuquerque, 2006, p. 204)

Desde esta perspectiva, a causa do atraso brasileiro seria a mestiçagem racial. A diversidade étnica presente no país era considerada um fator de inferioridade em relação às nações europeias, que possuíam uma população racialmente mais uniforme e, portanto, aumentando as chances de criação de estados nacionais mais fortes. Com a abolição da escravidão em 1888 e o início da Primeira República no ano seguinte, buscou-se não apenas marcar a diferença entre brancos e negros, mas acentuar as desigualdades entre eles.

Para muitos governantes e intelectuais, a miscigenação era algo negativo, pois resultava no surgimento do "mulato" – termo derivado da palavra "mula", animal gerado do cruzamento entre uma égua e um jumento, carregando, assim, uma conotação pejorativa e desumanizadora. No entanto, para outros, a miscigenação era vista como uma estratégia para solucionar o chamado "problema racial" do país, ou seja, a grande quantidade de pessoas negras presentes na população brasileira.

> A esperança era que, em médio a longo prazo, o pais se tornasse predominante branco. E o caminho para o branqueamento era a miscigenação. Desse modo a "raça branca", considerada mais evoluída, corrigiria as marcas deixadas na população brasileira por aquelas tidas como "raças inferiores", negros e índio. (Albuquerque, 2006, p. 206)

Esse projeto político adotado pelos governantes brasileiros impulsionou a imigração europeia para o país, na tentativa de obter êxito no projeto de embranquecimento da população. Neste contexto de preocupação com a identidade étnico-racial da população que se pode entender a introdução do 'quesito cor' nos censos demográficos a partir das últimas décadas do século XIX:

> No levantamento de 1872, a população foi classificada em livre e escrava, cabendo ao recenseado livre definir a sua cor e a de seus escravos. As opções de classificação para o entrevistado livre eram branco, preto, pardo ou caboclo, sendo que os escravos foram classificados como pretos e pardos. Em 1890, a população foi classificada nos seguintes grupos: brancos, pretos, mestiços ou caboclos (Araújo, 1987, p. 14).

No início do século XX, o quesito cor foi excluído dos censos de 1900 e 1920. Ele só voltaria a aparecer em 1940 com as categorias: branco, preto, pardo e amarelo – classificação que se aproxima da utilizada atualmente no século XXI. No censo de 1950, essas definições foram mantidas, mas houve uma mudança importante: os indígenas passaram a ser incluídos na categoria "pardo", junto com os grupos mestiços. Na análise referente às características da população e dos domicílios dos dados do censo daquele ano, o IBGE explicita o critério adotado: "Distribuiu-se a população, segundo a cor, em quatro grupos – brancos, pretos, amarelos e pardos – incluindo-se neste último os índios e os que se declaram mulatos, caboclos, cafuzos etc." (IBGE, 1956, p. XVII-XVIII).

Nos censos seguintes, a pesquisa continuou sendo realizada sem demonstrar qualquer preocupação com as dificuldades enfrentadas pela população para declarar sua cor. Em 1970, o censo sequer continha o quesito cor, pois a ditatura da época dava grande importância à ideia de "harmonia racial" (Anjos, 2013). Sem explicar os motivos, "este censo ignorou a cor como dado necessário à caracterização da população brasileira" (Piza e Rosemberg, 1998-99, p. 125). Pode-se supor que a invisibilização deste dado dificultava as pressões do movimento negro e das comunidades quilombolas por melhores condições de vida – o que prejudicaria a imagem da democracia racial adotada pelos militares para caracterizar o processo de constituição da nacionalidade.

Atualmente, o censo do IBGE adota cinco categorias para a classificação de cor/raça: branco, preto, pardo, amarelo e indígena. Foi apenas a partir de 1991 que o termo

“indígena” passou a ser oficialmente incluído na pesquisa de raça/cor. Já em 2010, ocorreu um aprimoramento na coleta de dados sobre os povos originários do Brasil, com uma abordagem mais ampla, que levou em consideração o pertencimento étnico e introduziu critérios de identificação reconhecidos internacionalmente, como a língua falada no domicílio e a localização geográfica. (Agência de Notícia – IBGE, 2023)

Dessa forma, com base no que foi exposto, é possível traçar um panorama do funcionamento e das mudanças ocorridas nas definições de raça/cor adotadas pelo IBGE ao longo do tempo. É fundamental apresentar essas informações na construção desta pesquisa, a fim de compreender o cenário atual das classificações identitárias existentes e os processos históricos que levaram às formas de identificação utilizadas nos dias de hoje.

1.2. EDUCAÇÃO PARA A POPULAÇÃO NEGRA E SUA EVOLUÇÃO

De acordo com Marcos Vinícius Fonseca, a educação possui um significado profundo que “está ligado ao fato de ser uma atividade destinada exclusivamente às crianças, com o objetivo de introduzi-las no mundo” (2022, p. 295). Para aquelas crianças que foram escravizadas, essa introdução ao mundo ocorreu sob a condição de desumanização e exploração a que estavam submetidas. A educação para os escravizados era extremamente limitada. A ideia de se pensar uma educação voltada para pessoas negras só passou a ser considerada no pós-abolição e, ainda assim, não de forma significativa ou efetiva.

No período pós-abolicionista e com a instauração da República no Brasil, a população negra começou a organizar-se coletivamente por meio de diversas estruturas e movimentos sociais. Foi através dessas iniciativas que se alcançaram conquistas importantes para os indivíduos negros. No setor educacional, essas instituições buscaram constantemente evidenciar o alto índice de analfabetismo entre a população negra e lutaram pela ampliação do acesso à educação também para crianças não brancas – ainda que essa demanda não fosse uma prioridade para os governantes da época.

> A frente Negra Brasileira desenvolveu uma experiência que pode ser entendida como a mais elaborada que ocorreu na atuação dessas instituições no campo da educação, pois dentro da sua estrutura organizacional o Departamento de Educação era o mais importante. Este criou um curso de alfabetização que, a partir de, passou a ofertar o ensino primário. (Fonseca, 2022, p. 308)

Diante de tal afirmação, é possível compreender a importância dos movimentos organizados da população negra e a forma como atuaram na luta pela inserção dos indivíduos negros na sociedade, garantindo, entre outros direitos, o acesso à educação. A autora Nilma Lino Gomes apresenta o conceito de "Movimento Negro Educador", ao analisar e evidenciar as ações desses movimentos e sua relevância histórica e social.

> No papel educativo, tal movimento educa e reeduca a sociedade, o Estado e a si mesmo sobre as relações raciais, o racismo e a diáspora africana e se é um educador, ele constrói pedagogias. E se constrói pedagogias, interfere nos processos educativos e nas políticas educacionais. (Gomes, 2019, p. 144)

Com o tempo, e por meio de muita luta por parte dos movimentos negros, as conquistas foram sendo alcançadas, ainda que de forma gradual. Em 1996, com a promulgação da Lei nº 9.394, o artigo 26-A tornou obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas instituições de ensino públicas e privadas.

Posteriormente, em 2003, foi sancionada a Lei nº 10.639, que garante:

> § 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.
> § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (Brasil, 2003, p. 1).

Sabemos que, apesar de estar garantido por lei, a prática muitas vezes funciona de forma diferente. No livro *Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo,* de Lia Schucman (2022), a autora apresenta a imagem de um muro de determinada escola que apareceu pichado com a frase: "Vamos cuidar do futuro de nossas crianças brancas". Tal fato ocorreu após a escola adotar práticas pedagógicas voltadas ao cumprimento da Lei 10.639. Diante disso, é possível identificar as dificuldades enfrentadas para que essa lei seja, de fato, implementada e cumprida nas instituições de ensino.

No ano de 2012, houve mais um avanço educacional para a população negra brasileira. De acordo com a Lei nº 12.711/2012, as instituições de ensino superior e os institutos federais de ensino técnico de nível médio passaram a adotar o sistema de cotas raciais (Brasil, 2012). Com a implementação dessa lei, observou-se um aumento significativo no acesso de pessoas negras ao ensino superior, promovendo maior inclusão educacional a uma população que, durante séculos, teve esse direito negado.

Assim, mesmo compreendendo que o Brasil ainda se encontra distante da igualdade social, racial e educacional entre pessoas brancas e negras, é inegável que políticas públicas como essas são de extrema importância na longa caminhada rumo à equidade – uma luta travada pela população negra ao longo de gerações.

1.3. RAÇA E O MITO NEGRO

O conceito de raça que será utilizado nesta pesquisa é aquele apresentado por Joel Rufino dos Santos (1999) em seu ensaio *A inserção do negro e seus dilemas*. O autor se contrapõe à ideia de raça como uma questão biológica. Para ele, as diferenças físicas entre os seres humanos – como fenótipos, cor da pele, tipo de cabelo, formato do nariz, entre outros – não dizem respeito a uma alteração genética. Da mesma forma, as diferenças culturais entre os povos não estão relacionadas a uma condição hereditária.

Nesse sentido, adotaremos o termo "raça" a partir da perspectiva de uma construção social, com um propósito político e ideológico voltado à tentativa de legitimar a supremacia branca. No Brasil, o termo "negro" é abordado como um grupo social que, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), engloba os indivíduos classificados como pretos e pardos, ocupando o lugar de "cor".

Santos (1999, p.114) define "negro" como um lugar social, um espaço simbólico que exige certos requisitos para ser ocupado. A partir do momento em que alguém foge desse padrão – seja por traços físicos, comportamentos, linguagem ou acesso a determinados espaços – passa a ser considerado "menos negro".

Esse entendimento dialoga com o pensamento da antropóloga Lélia Gonzalez (1984, p.67), que também enxerga a raça como uma construção social profundamente enraizada no racismo estrutural. Para ela, o racismo à brasileira se camufla em práticas cotidianas, e o conceito de "democracia racial" serve como um mito para encobrir as desigualdades reais.

Da mesma forma, o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1989, p.10) contribui para essa discussão ao tratar das classificações sociais como formas de dominação simbólica. A noção de raça, nesse caso, opera como uma construção simbólica que legitima desigualdades sociais ao naturalizar diferenças que, na verdade, são historicamente produzidas.

Stuart Hall (1997), por sua vez, ressalta que a identidade racial é formada no contexto das relações de poder. Para ele, os significados atribuídos à raça são moldados

historicamente e variam de acordo com os contextos culturais e políticos. A raça, então, não é um dado da natureza, mas uma narrativa construída socialmente.

Dessa forma, esta pesquisa se apoia em um entendimento crítico da raça, não como um traço biológico fixo, mas como uma categoria moldada historicamente por relações de poder, dominação e resistência. Isso é fundamental para compreender as implicações da autodeclaração racial no ambiente escolar e como ela está atrelada a um sistema mais amplo de exclusão e pertencimento social.

> Em nossa definição, negro é um lugar social instituído por diversas coordenadas: a cor escura da pele, a cultura popular, a ancestralidade africana, a ascendência escrava (remota ou próxima), a pobreza, a atribuição da identidade negro pelo outro e a assunção dessa identidade por si (Santos, 2020, p.114).

O uso da classificação de raça, de acordo com esse conceito, reforça as formas de hierarquização existentes na sociedade brasileira. Ao compreender a raça como uma construção social e o termo "negro" como um lugar, é possível perceber os mitos que envolvem a população negra e como esses mitos influenciam sua posição dentro dessa hierarquia social.

No livro *Tornar-se negro*, Neusa Santos Souza (1983), discute a questão do mito do negro, afirmando que "se constitui rompendo uma das figuras características do mito – a identificação – e impondo a marca do insólito, do diferente" (Souza, 1983, p. 26). Esse mito faz com que a população negra, muitas vezes, adote uma identidade branca, buscando constantemente o embranquecimento e o afastamento daquilo que socialmente é associado ao negro.

> O irracional, o feio, o ruim, o sujo, o sensitivo, o superpotente e o exótico são as principais figuras representativa do mito negro. Cada uma delas se expressa através de falas características, portadoras de uma mensagem ideológicas que busca afirmar a linearidade da "natureza negra" enquanto rejeita a contradição, a política e a história em suas múltiplas determinações. (Souza, 1983, p. 27-28)

Quando se fala em hierarquização da população brasileira com base na raça, trata-se da forma como indivíduos tidos como brancos ocupam posições de privilégio em detrimento daqueles considerados não brancos. Em sua tese *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo*, Lia Vainer Schucman (2012, p.161) apresenta o relato de um homem branco em situação de rua e como ele era tratado de forma distinta em comparação às pessoas negras na mesma condição. Ele conta que, ao ser visto por policiais acompanhado de pessoas negras em situação de rua que faziam uso de drogas, era questionado sobre o

motivo de estar com “aquelas pessoas”, sendo informado de que aquele não era “seu lugar” e, em algumas situações, recebia até dinheiro para se afastar.

Ou seja, a pobreza e a marginalização são socialmente naturalizadas para pessoas não brancas. Quando um indivíduo branco é visto nessas condições, causa surpresa e comoção. O mesmo homem afirma que gostava de desenhar e frequentemente fazia seus desenhos em frente a um banco, sem pedir dinheiro – ainda assim, as pessoas se comoviam e o ajudavam financeiramente. No entanto, seus colegas negros, mesmo pedindo ajuda, raramente recebiam qualquer quantia.

Esse relato evidencia a forma como a sociedade brasileira enxerga a posição ocupada por brancos e negros. Tudo aquilo que é visto como negativo ou indesejado é naturalizado quando se trata da população negra, como se observa no conceito de mito do negro, discutido por Souza (1983). Por outro lado, quando um branco ocupa essa mesma posição, desperta empatia e desejo de retirá-lo daquele lugar.

A partir disso, é possível compreender como o mito do negro impacta a construção da identidade racial, uma vez que ninguém deseja ser identificado ou se reconhecer em um grupo social constantemente associado a estigmas e negações de valor.

1.4. IDENTIDADE RACIAL

Stuart Hall, em seu livro *Identidades culturais na pós-modernidade*, afirma que a identidade, para o sujeito pós-moderno, não é fixa – ela é variável e temporária. O autor utiliza o conceito de “celebração móvel”, no qual a identidade é formada e transformada a partir das representações culturais que estão ao nosso redor (Hall, 1987). Essa afirmação dialoga com o que diz Nilma Lino Gomes:

> Somos, então, sujeitos de muitas identidades e essas múltiplas identidades sociais podem ser, também, provisoriamente atraentes, parecendo-nos, depois, descartáveis; elas podem ser, então rejeitadas e abandonadas. Somos, desse modo, sujeitos de identidades transitórias e contingentes (Gomes, 2003, p. 171).

Diante disso, percebemos que a identidade não está presente na vida do indivíduo de forma imutável; ao contrário, ela é algo construído e sustentado pelas relações sociais, podendo sofrer mudanças ao longo do tempo. Essas relações sociais ocorrem, inicialmente, durante a infância, no seio familiar e na vizinhança. Posteriormente, essa socialização é ampliada a partir do momento em que a criança ingressa na escola. Nesse contexto, há uma mudança no círculo social em que o indivíduo está inserido, possibilitando um maior contato com diferentes identidades e culturas.

> toda identificação de si pressupõe um conjunto de relações com os outros que lhe dá sentido. Não existe identidade sem alteridade nem identidade do ‘eu’ sem identidade do nós. A partir daí toda identidade, sendo a um só tempo diferencial e relacional, supõe a presença de um sistema ou de um campo que a constitui (Dubar, 2018, p.188).

Em seu artigo *Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo* (2002), Nilma Lino Gomes explora como a trajetória escolar aparece como um importante momento na construção de uma identidade negra, ainda que, muitas vezes, reforce estereótipos negativos associados a esse segmento étnico-racial. Desde este ponto de vista, “o corpo surge, então, nesse contexto, como suporte da identidade negra, e o cabelo crespo como um forte ícone identitário” (Gomes, 2002, p. 41).

Sendo assim, é possível perceber a responsabilidade que a escola tem na construção da identidade negra, podendo essa ser reforçada de maneira positiva ou negativa. Uma instituição escolar antirracista, que valoriza o respeito às diferenças culturais e físicas de cada indivíduo, contribui para o fortalecimento da identidade negra de uma criança, permitindo que ela se reconheça de forma positiva enquanto pessoa negra. Sabemos que características físicas, como o cabelo e a cor da pele, são traços visíveis utilizados socialmente para categorizar indivíduos em grupos e culturas étnico-raciais. Ao mesmo tempo, esses traços podem representar ou despertar a identidade negra em cada pessoa.

No livro *Reflorescer: histórias de mulheres que passaram pela transição capilar* (2022), Mariany Alves Bittencourt narra vivências de mulheres que passaram por esse processo. A obra evidencia como o uso e a aceitação do cabelo natural – crespo ou cacheado – impactam diretamente a construção da identidade racial. A maioria das entrevistadas, após assumir seus cabelos naturais, passou por experiências marcadas por um “choque racial”, que deixou evidente a qual grupo étnico-racial pertenciam. Isso demonstra como a opinião do outro influencia a percepção que o indivíduo tem de si mesmo, revelando que, por meio de características físicas, as pessoas são frequentemente inseridas em determinados grupos ou culturas.

1.5. LETRAMENTO RACIAL

Em *Letramento racial: uma proposta de reconstrução da democracia brasileira* (2024), Adilson José Moreira trata o letramento racial a partir da perspectiva de que esse conceito precisa ser visto como ponto chave para a construção de uma consciência de que há a necessidade da superação de práticas discriminatórias no Brasil, contra grupos raciais

que são marginalizados. Diante disso, é necessário que haja uma compreensão e aceitação da existência do racismo na sociedade brasileira, deixando de lado a ideia de democracia racial (Moreira, 2024).

> O que estamos chamando de letramento racial tem sido definido como um tipo de perspectiva analítica que permite a compreensão das dinâmicas sociais articuladas em torno das relações entre raça e poder. O entendimento adequado desse processo requer a análise da raça como um tipo de construção social por meio da qual grupos dominantes conseguem instituir relações hierárquicas que produzem benefícios sistemáticos para eles, especialmente a partir da imposição de desvantagens permanentes a outros grupos raciais. (Moreira, 2024, p.96)

O autor trabalha o reconhecimento do racismo como um mecanismo de dominação social e como ele fortalece e mantém as desvantagens sistêmicas para grupos racializados. Ou seja, é necessário compreender a presença do racismo e a forma como ele opera na sociedade brasileira, impactando diretamente na manutenção da hierarquia racial, em que grupos racializados permanecem nas esferas de marginalização e subalternidade diante daqueles considerados superiores.

Diante do que foi exposto, esse conceito busca compreender o funcionamento das práticas discriminatórias e do sistema de dominação social, para que se encontrem formas de combate a essas práticas. Assim, propõe-se a utilização desse conceito no ambiente escolar, refletindo sobre como os alunos podem aplicá-lo na prática.

Na instituição escolar, quando o aluno adquire conhecimento sobre o que é letramento racial, torna-se possível identificar as formas de racismo presentes nesse espaço, analisar de que maneiras as ações afirmativas são implementadas – e se, de fato, o são – e verificar se há marginalização e subalternização de grupos racializados. No caso do Colégio Estadual Marcolino Cruz Santos, tomamos como exemplo a orientação feita pelo Governo do Estado de Sergipe e pela Secretaria de Estado da Educação quanto às autodeclarações raciais, sob a justificativa de que tais informações contribuiriam para a elaboração de ações afirmativas mais adequadas à realidade de cada escola.

Alunos com letramento racial podem levantar questionamentos como: Que ações foram desenvolvidas na instituição a partir da identificação racial dos seus alunos? Quais discussões sobre questões raciais foram promovidas durante o ano letivo?

Assim, percebemos como esse conceito fortalece os indivíduos e sua identidade racial, a partir do momento em que passam a reconhecer as formas de dominação social e racial às quais estão sujeitos. Dessa forma, os alunos tornam-se capazes de cobrar da instituição escolar um posicionamento antirracista, bem como a elaboração de ações

afirmativas efetivas, com as quais realmente se identifiquem e se sintam representados. Isso contribui para que o ambiente escolar se torne um espaço de fortalecimento e valorização de uma identidade racial positiva.

2. PROCESSO DE MATRÍCULA NO COLÉGIO ESTADUAL MARCOLINO CRUZ SANTOS – MACAMBIRA, SERGIPE

O processo de matrícula nas unidades de ensino da rede estadual de Sergipe ocorre, normalmente, entre os meses de janeiro e fevereiro, conforme o encerramento do ano letivo anterior e o início do ano seguinte. Durante esse período, os responsáveis – ou os próprios alunos, quando maiores de idade – preenchem uma documentação fornecida pela Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (SEDUC), conforme disposto nas portarias publicadas pelo órgão.

Diante disso, a escola elaborou uma ficha de identificação com algumas informações pessoais para facilitar o trabalho da equipe da secretaria no período de matrícula. Nessa ficha, constam perguntas relacionadas ao tamanho do uniforme, série/ano do aluno, número de contato do responsável, e, a partir de 2023, foi incluída a pergunta referente à autodeclaração racial.

Em 2005, ocorreu uma adequação das fichas de matrícula de acordo com a Portaria Inep/MEC nº 156, determinando que essas fichas deveriam conter um campo específico para a declaração de raça/cor dos alunos. Essas informações seriam utilizadas no Censo Escolar. A partir dos 16 anos, o próprio aluno é responsável por declarar sua raça/cor; até essa idade, a responsabilidade recai sobre os pais ou responsáveis.

A partir de 2023, o Governo do Estado de Sergipe passou a orientar que alunos com 16 anos ou mais realizassem sua autodeclaração racial no ato da matrícula, com o objetivo de desenvolver indicadores que sirvam de base para o aprimoramento das políticas educacionais. A proposta incentiva as escolas a adotarem a autodeclaração como forma de afirmação e valorização da identidade étnica, além de evitar possíveis transtornos em processos seletivos que envolvam políticas de cotas ou outras iniciativas semelhantes.

As matrículas de 2025 no Colégio Estadual Marcolino Cruz Santos ocorreram entre os dias 08 e 25 de janeiro. Embora exista uma orientação do Governo do Estado para que as matrículas sejam realizadas online, na prática, a maioria dos pais ainda opta pelo atendimento presencial. Com isso, é possível observar diversas reações ao se depararem com a pergunta sobre a cor dos filhos.

Espera-se que os alunos respondam essa pergunta com base na sua própria percepção, considerando que se trata de uma autodeclaração. No entanto, é preciso considerar que, muitas vezes, os alunos não estão presentes no ato da matrícula, ficando a cargo dos responsáveis preencher esse dado. Ao inserir esse tipo de questionamento na

ficha de identificação, parte-se do pressuposto de que a população possui algum conhecimento sobre o conceito de autodeclaração racial e compreende minimamente as questões raciais – ou, ao menos, seja capaz de distinguir entre elas.

Em uma sociedade marcada por uma hierarquia racial – estabelecida desde o período colonial, quando pessoas negras foram consideradas inferiores –, esse grupo permanece marginalizado até os dias atuais. Como afirma Daniela Ferrugem:

> A realidade objetiva dos negros libertos e seus descendentes eram de exclusão do trabalho assalariado e, com isso, de manutenção de sua sobrevivência, uma realidade objetiva conformada ideologicamente por uma hierarquia racial que determinava que os negros fossem inferiores, embora o discurso vigente fosse de uma democracia racial espontânea. (Ferrugem, 2018, p. 66)

Desta forma, levando em consideração que pessoas não brancas sofrem com o chamado "mito do negro", é necessário que haja uma discussão prévia ao se implementar esse tipo de questionamento, levantando todas as hipóteses possíveis. A principal delas é o fato de que, muitas vezes, os alunos não estão presentes no ato da matrícula, o que faz com que seus pais ou responsáveis os autodeclarem. Isso pode resultar em uma declaração diferente daquela com a qual o próprio aluno se identifica e se autorreconhece.

É preciso refletir sobre como essa população tem se autodeclarado e de que forma o conhecimento (ou a falta dele) dos pais sobre questões raciais influencia na autodeclaração e na construção da identidade racial dos filhos. O ambiente em que se está inserido é fundamental para a formação da identidade racial. Considerando o mito do negro discutido por Souza (1983), é compreensível que pais que não têm acesso a um letramento racial ou conhecimento sobre questões raciais hesitem em declarar seus filhos como pretos, optando, na maioria das vezes, pela categoria "pardo".

Como forma de suavizar a resposta, muitos acabam declarando os filhos como "moreno", "moreno claro", "moreno canela" ou utilizam justificativas como: "a pele da criança está mais escura porque ela esteve muito no sol, mas ela não é dessa cor". Esse tipo de resposta revela uma distorção no entendimento da autodeclaração racial, comprometendo o seu objetivo e fazendo com que ela perca sua função principal.

Quando ocorre essa distorção, o sentido da pergunta é perdido e seu propósito é invalidado. Como promover a valorização e afirmação da identidade étnico-racial se a autodeclaração está sendo manipulada ou mal compreendida? Como o governo poderá aplicar políticas públicas efetivas se os dados coletados são imprecisos? Como orientar

os alunos a se autodeclararem racialmente, sem antes promover projetos educativos que discutam e esclareçam o que significa essa escolha?

Esses são questionamentos que o governo estadual deve considerar antes de orientar que os alunos realizem sua autodeclaração racial no momento da matrícula.

Na ficha de matrícula utilizada pela escola, a pergunta relacionada à cor do aluno apresenta as seguintes opções: branco, negro, pardo, amarelo e indígena. Essa classificação difere da usada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que adota as categorias: branco, preto, pardo, amarelo e indígena. A ficha foi criada pela própria secretaria da escola, e a pergunta que se impõe é: por que a palavra "preto" foi substituída por "negro"? E o que essa mudança revela sobre o despreparo da instituição para lidar com a temática racial?

É possível que tal substituição tenha sido feita com o intuito de suavizar o impacto da pergunta, evitando possíveis constrangimentos por parte dos responsáveis – muitos dos quais costumam declarar seus filhos como "moreno". No entanto, o que deveria ser promovido é a conscientização dos responsáveis e dos alunos, e não o apagamento. É necessário trazer à tona uma consciência racial, fortalecer a identidade racial dos estudantes e, com isso, desenvolver políticas de ações afirmativas dentro do ambiente escolar.

Nesse contexto, relata-se a experiência de uma mãe que, ao responder à pergunta sobre a cor de seu filho no momento da matrícula, declarou que ele era "pardo", divergindo da ficha de identificação que utilizava as opções: branco, pardo, preto, amarelo e indígena – seguindo a classificação oficial do IBGE. A mãe respondeu: "preto não, talvez se fosse negro", deixando claro que ela não declararia o filho como preto, mas aceitaria a opção "negro", caso estivesse disponível.

Diante disso, cabe retomar a definição do IBGE, segundo a qual "negro" é um grupo composto pelas categorias "preto" e "pardo". Ainda segundo o instituto, a categoria "pardo" é destinada à pessoa que se declara como tal ou que se identifica com a mistura de duas ou mais raças ou cores, incluindo branca, preta e indígena. Já "preto" se refere à pessoa que se declara preta.

Com base no que foi exposto, é possível perceber o despreparo de muitos responsáveis ao responder esse tipo de pergunta, bem como o constrangimento que sentem ao declarar seus filhos como pardos ou pretos. Dessa forma, observa-se que a ação do governo estadual, embora bem-intencionada, mostra-se falha, uma vez que não há um

preparo prévio sobre esse conteúdo, nem uma disseminação adequada de informações à população e aos profissionais da escola sobre questões raciais.

Sem esse preparo, não se pode esperar que a autodeclaração racial ocorra de maneira clara, consciente e efetiva.

3. ANÁLISE DAS AUTODECLARAÇÕES

3.1. CONSTRUÇÃO E CRÍTERIOS UTILIZADOS NA APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

O questionário foi distribuído em sala, acompanhado dos termos de consentimento, para que os responsáveis pudessem autorizar a participação dos alunos na pesquisa. Aqueles que eram maiores de idade puderam assinar o termo diretamente em sala e, em seguida, preencher o questionário. O termo de consentimento garante o anonimato dos estudantes, uma vez que não foram utilizados dados pessoais na construção da pesquisa – seus nomes, idades e turmas não foram revelados e não influenciam os resultados.

A maioria dos alunos era menor de idade, o que já era esperado, considerando que o critério de escolha das turmas visava observar as possíveis diferenças de posicionamento entre os mais jovens e os mais velhos. Decidiu-se aplicar o questionário em uma turma representativa de cada série do Ensino Médio – sendo elas a 1ª série B, 2ª série C e 3ª série A – com o objetivo de analisar se havia diferenças significativas de compreensão entre os alunos mais novos e os mais velhos em relação à temática proposta.

O questionário foi aplicado com o intuito de apresentar dados quantitativos e comparativos. Esses dados, no entanto, foram analisados levando-se em consideração suas limitações, pois exigem uma interpretação cuidadosa sobre o imaginário dos estudantes participantes. É necessário considerar a incerteza nas respostas dos alunos, uma vez que não é possível saber com exatidão o nível de entendimento que possuem sobre as questões propostas ou o que realmente quiseram expressar em suas respostas. Ainda assim, é possível obter um parâmetro em relação ao quantitativo das autodeclarações, o que pode abrir espaço para futuras pesquisas mais aprofundadas sobre a temática.

O questionário foi aplicado em uma turma de cada série. Cada turma possui entre 27 e 36 alunos, mas a participação dos estudantes não foi de 100%. Na 1ª série, com 31 alunos, apenas 11 participaram do questionário. Na 2ª série, com 27 alunos, 19 responderam à pesquisa. Já na 3ª série, que conta com 36 alunos, apenas 18 participaram.

3.2. RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS

A seguir analisaremos três tabelas, referente a cada turma e de que forma esses alunos se autodeclaram.

Tabela 1 – Referente ao Resultado do Questionário da 1ª série

ALUNO	BRANCO	PRETO	PARDO	INDÍGENA	AMARELO
A		**X**			
B	**X**				
C			**X**		
D	**X**				
E			**X**		
F	**X**				
G			**X**		
H	**X**				
I			**X**		
J			**X**		
K			**X**		
TOTAL	**4**	**1**	**6**	**0**	**0**

Fonte: Tabela produzida pela autora a partir do questionário aplicado em sala no Colégio Estadual Marcolino Cruz Santos.

Tabela 2 – Referente ao Resultado do Questionário da 2ª série

ALUNO	BRANCO	PRETO	PARDO	INDÍGENA	AMARELO
A		X			
B			X		
C	X				
D			X		
E			X		
F			X		
G		X			
H	X				
I			X		
J			X		
K			X		
L			X		
M			X		
N			X		
O			X		
P			X		
Q			X		
R	X				
S			X		
TOTAL	3	2	14	0	0

Fonte: Tabela produzida pela autora a partir do questionário aplicado em sala no Colégio Estadual Marcolino Cruz Santos.

Tabela 3 – Referente ao Resultado do Questionário da 1ª série

ALUNOS	BRANCO	PRETO	PARDO	INDÍGENA	AMARELO
A			X		
B			X		
C			X		
D		X			
E	X				
F		X			
G			X		
H	X				
I			X		
J			X		
K	X				
L			X		
M			X		
N		X			
O			X		
P			X		
Q	X				
R			X		
TOTAL	4	3	11	0	0

Fonte: Tabela produzida pela autora, a partir do questionário aplicado em sala no Colégio Estadual Marcolino Cruz Santos.

Apesar da adesão dos estudantes ao preenchimento do questionário não ter sido total, os dados coletados nos permitem refletir sobre pontos significativos a respeito da própria coleta dos dados. Todos os 94 alunos, correspondentes à soma das três turmas, receberam o questionário, cuja explicação sobre o conteúdo foi discutida previamente em sala. Sendo assim, os 46 alunos que não participaram da pesquisa podem ter optado por não devolver o questionário, seja por uma escolha consciente de não participar, seja por não saberem como responder às perguntas propostas. A hipótese de que alguns alunos não consigam se autodeclarar por falta de conhecimento sobre autorreconhecimento e sua importância não deve ser descartada.

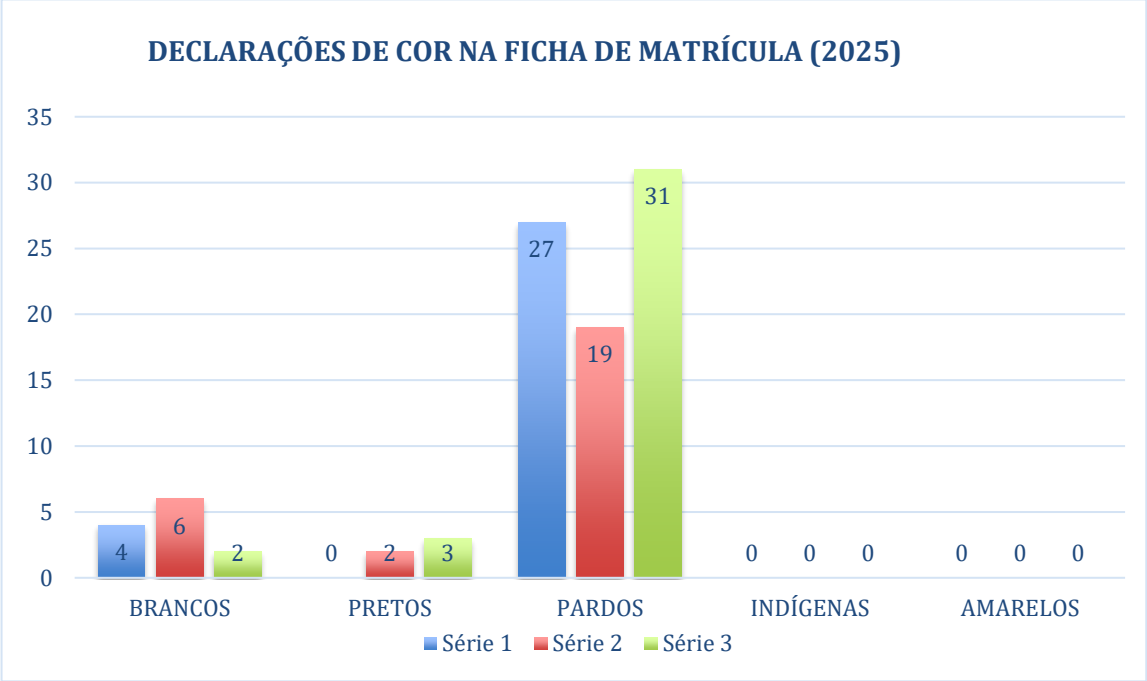
É perceptível que esta é uma temática que não vem sendo discutida de forma aprofundada na unidade escolar. Isso pode ser constatado a partir dos resultados e comparações gerados pela pesquisa. A maneira expressiva com que tanto pais quanto alunos optaram pela categoria “pardo” em suas declarações/autodeclarações demonstra uma carência de conhecimento sobre o tema – que é de extrema relevância, especialmente na vida de indivíduos pertencentes à comunidade negra.

Mesmo com a participação parcial dos estudantes, é notável o número expressivo de alunos autodeclarados como pardos. Observa-se, portanto, um baixo índice de alunos que se identificam como brancos ou pretos, e nenhum estudante se autodeclarou indígena ou amarelo. Diante disso, surgem questionamentos: por que tantos alunos se consideram mestiços ou “misturados”? A visão dos responsáveis acompanha essa mesma lógica?

3.3. RESULTADOS DA ANÁLISE DAS FICHAS DE MATRÍCULA

Segue abaixo, um gráfico demonstrando o quantitativo de alunos autodeclarados/declarados brancos, pretos, pardos, indígenas e amarelos, no ato da matrícula.

Gráfico 1 – Declarações de Cor na Ficha de Matrícula (2025)



Fonte: Gráfico produzido pela autora a partir das Fichas de Matrículas dos alunos do Colégio Estadual Marcolino Cruz Santos.

Ao observar as fichas de matrícula dos alunos de cada turma participante da pesquisa no Colégio Estadual Marcolino Cruz Santos, foi possível identificar um número expressivo de estudantes declarados como pardos, em comparação com as outras opções de autodeclaração. Na turma da 1ª série, composta por 31 alunos, cerca de 27 foram declarados pardos e 4 brancos. Já na 2ª série, dos 27 alunos, 19 foram declarados pardos, 2 pretos e 6 brancos. Na 3ª série, dos 36 alunos, 31 foram declarados pardos, 3 pretos e 2 brancos.

Diante disso, percebe-se uma diferença entre a autodeclaração realizada pelos alunos em sala de aula e a declaração feita por seus responsáveis no momento da matrícula. Por exemplo, na 1ª série, composta por 31 alunos, os registros indicam 4 alunos brancos. No entanto, no questionário aplicado em sala, dos 11 alunos que participaram, 4 se autodeclararam brancos. Isso levanta a possibilidade de que, entre os 20 alunos que não participaram da pesquisa, haja outros que também se autodeclarariam brancos.

Esse mesmo raciocínio se aplica às demais categorias. Enquanto nas fichas de matrícula não há nenhum aluno declarado como preto na 1ª série, no questionário um aluno se autodeclarou preto, o que pode indicar a presença de outros estudantes com esse autorreconhecimento entre os que não participaram. O mesmo vale para os pardos: dos 27 declarados nas fichas, 6 se autodeclararam como tal no questionário; logo, é plausível supor que haja mais estudantes pardos entre os não respondentes.

Dessa forma, é possível concluir que a maneira como os responsáveis compreendem o conceito de autodeclaração e os critérios que definem a pertença a determinado grupo racial influencia diretamente na declaração feita sobre os filhos. Como explicar que, em uma sala com 31 alunos, nenhum seja declarado preto? O que justifica o número tão expressivo de estudantes classificados como pardos? Estaria essa escolha relacionada a uma percepção do pardo como uma posição intermediária?

Muitas pessoas que se autorreconhecem como pardas enfrentam o desafio de não serem plenamente reconhecidas nem pela comunidade negra nem pela branca. Há uma frase comum entre pessoas pardas: “escuro demais para ser branco, branco demais para ser preto”. Assim, o pardo se vê num lugar de não pertencimento. Nesse contexto, é possível imaginar que, no caso desta pesquisa, alguns estudantes prefiram se distanciar da identidade preta.

Durante o período de matrícula, pude presenciar situações que reforçam essa hipótese. Em determinado momento, uma funcionária explicava a uma mãe sobre a declaração de cor, e esta afirmou que apenas pessoas de pele retinta seriam consideradas

pretas, desconsiderando pessoas negras de pele mais clara. Tal visão evidencia a dificuldade de compreender o que é ser negro, e sugere que muitos estudantes classificados como pardos poderiam, na verdade, se autodeclarar pretos, caso tivessem melhor compreensão do tema.

As características físicas são fundamentais para o autorreconhecimento racial. No questionário, dos 11 alunos da 1ª série, 7 afirmaram que essas características influenciam sua autodeclaração racial. Na 2ª série, 12 dos 19 participantes escolheram essa opção, e na 3ª série, 10 dos 18 alunos indicaram o mesmo. Mas quais são essas características?

Em uma banca de heteroidentificação, para validar a autodeclaração como preto ou pardo, são considerados elementos como nariz, boca, cabelo e, principalmente, o tom da pele. No entanto, de que forma esses jovens analisam essas características? A pesquisa sugere que os estudantes não conseguem distinguir tais traços de maneira eficaz, como demonstra o alto índice de autodeclarações como pardos.

Sem uma orientação adequada sobre como analisar suas características físicas, os jovens acabam por distorcer seu autorreconhecimento. Um aluno negro de pele mais clara, por exemplo, pode acreditar que apenas pessoas de pele retinta são consideradas pretas, e por isso se autodeclara pardo. Do mesmo modo, um aluno branco, fruto de uma família interracial, mas com traços físicos brancos, pode se autodeclarar pardo por entender que a “mistura” o exclui da branquitude – o que também configura uma distorção.

No Brasil, o racismo se dá principalmente por aquilo que é visível: a cor da pele, o cabelo, os traços faciais. Se uma pessoa oriunda de uma família multirracial possui traços físicos brancos, ela não será alvo do racismo, pois essa ancestralidade não é visível, a menos que seja explicitamente declarada.

Dessa forma, é urgente promover uma conscientização no ambiente escolar – não apenas voltada para os alunos, mas também para os seus responsáveis – sobre identificação, autorreconhecimento e autodeclaração. É necessário tratar temas sensíveis como o racismo de forma aberta e responsável, visando fortalecer a identidade racial dos alunos e, assim, elaborar ações afirmativas eficazes, que realmente alcancem e representem seu público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi construída, primeiramente, com a apresentação de conceitos fundamentais para compreender a dimensão do problema abordado e de que maneira tais formas de pensamento afetam o público-alvo no momento de sua autodeclaração racial. Ao compreender a ideia de raça como um conceito social, político e ideológico, abre-se espaço para um entendimento mais amplo sobre os paradigmas enfrentados pela comunidade negra no Brasil até os dias atuais, e como isso impacta os estudantes analisados nesta pesquisa.

Sendo assim, a partir do momento em que se discute o "mito negro", trabalhado por Souza (1983), é possível compreender o afastamento da autodeclaração como pessoa preta. Isso porque tal identificação está associada a estereótipos negativos – o chamado "mito negro" – que reforça ideias de que pessoas negras são feias, sujas, entre outros atributos pejorativos, disseminados de forma generalizada e equivocada. Dessa forma, um jovem que não possui orientação adequada sobre o tema dificilmente desejará estar associado a essa condição. Ao contrário, buscará se aproximar daquilo que é socialmente visto como belo, limpo e positivo – ou seja, da imagem da pessoa branca. Portanto, na ausência de ações que fortaleçam a identidade racial de forma coerente e eficaz, ocorre uma distorção no processo de autodeclaração.

Além disso, ao analisar as etapas do processo de matrícula na instituição escolar Colégio Estadual Marcolino Cruz Santos, foi possível constatar a falta de preparo da instituição para lidar com as dificuldades que os responsáveis enfrentam ao responder a pergunta referente à declaração de cor/raça dos estudantes. Soma-se a isso a ausência de ações por parte da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura no que se refere à promoção de políticas de conscientização sobre essa problemática. Quando se orienta que estudantes maiores de 16 anos sejam protagonistas no ato de sua autodeclaração, torna-se necessário promover um processo de discussão e reflexão sobre racismo, autodeclaração, identidade racial e o papel da escola frente a essas temáticas. Essas discussões são fundamentais não apenas para os estudantes e seus responsáveis, mas também para toda a comunidade escolar – professores, gestores e demais servidores –, a fim de que todos estejam preparados para lidar com as diversas situações que envolvem essa questão.

Como parte do estudo, foi aplicado um questionário nas turmas de Ensino Médio – 1ª, 2ª e 3ª séries – cujo foco central era a autodeclaração racial. O objetivo foi realizar uma comparação entre essa autodeclaração feita pelos estudantes e a declaração registrada

pelos responsáveis no momento da matrícula. Ao analisar os dados, foi possível perceber que há, sim, diferenças entre aquilo que o próprio estudante afirma ser e a forma como é declarado por seu responsável. Apesar da adesão ao questionário não ter sido de 100%, é evidente que as declarações feitas pelos responsáveis não correspondem completamente à identidade racial com a qual os alunos se identificam. Na 1ª série, por exemplo, dos 11 participantes do questionário, 6 se autodeclararam pardos, 4 brancos e 1 preto. No entanto, de acordo com as fichas de matrícula, nenhum aluno é declarado como preto, o que evidencia uma distorção na forma como essa identidade é construída e percebida.

Observa-se também que o número expressivo de alunos autodeclarados ou declarados como pardos se mantém tanto nas fichas de matrícula quanto nos questionários. Somando todas as turmas participantes da pesquisa, temos um total de 94 alunos. Destes, 77 foram declarados como pardos na matrícula, 12 como brancos e 5 como pretos. Já entre os 48 alunos que participaram do questionário, 31 se autodeclararam pardos, 11 brancos e 6 pretos. Esse número expressivo de estudantes identificados como pardos aponta para a falta de conhecimento sobre identidade racial e a dificuldade de analisar suas próprias características físicas para realizar uma autodeclaração mais consciente e assertiva. Além disso, reforça o impacto que a visão dos responsáveis exerce na construção da identidade racial dos filhos.

Em vias de conclusão, considerando a relevância da produção de estudos que busquem compreender a relação entre o ambiente escolar e a formação da identidade racial, espera-se que esta pesquisa contribua para o fortalecimento dos debates sobre as questões étnico-raciais na educação. Reconhecendo a possibilidade de que essa discussão seja aprofundada em trabalhos futuros, é importante que os pontos aqui levantados sirvam como base para reflexões mais detalhadas, preenchendo lacunas que porventura tenham passado despercebidas nesta análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. Uma História do Negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao)/UFBA, Fundação Palmares, 2006.

ANJOS, Gabriele dos. A questão "cor" ou "raça" nos Censos nacionais. *Indicadores Econômicos IEE*, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 63-72, 2013.

ARAÚJO, Tereza Cristina N. A classificação de "cor" na pesquisa do IBGE: notas para uma discussão. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 63, p. 14-16, 1987.

AGÊNCIA, dê Notícias - IBGE. Censo 2010: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas. 2023. Disponível em: < https://search.app/brEupw3ASUAR61HXA>. Acesso em 06 de abr. de 2025.

BARBEIRO, A. C. N. A identidade racial definida pelos alunos do ensino fundamental: considerações visualizadas no questionário contextual da prova SAEB. Tempo da Ciência, Toledo, v. 30, n. 60, jul./dez. 2023.

BENTO, Cida. Pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BITTENCOURT, Mariany Alves. Reflorescer: histórias de mulheres negras que passaram pela transição capilar. 1. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2022.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário da União, Brasília, 30 ago. 2012.

CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

DUBAR, Claude. Classe e identidade: substituição ou mistura. In: BRASILIO, S. J.; SCHWARCZ, L. M.; VIDAL, D.; CATANI, A. (org.). Identidades. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. p. 173-192.

FERRUGEM, Daniela. Guerra às drogas e a manutenção da hierarquia racial. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2018.

FONSECA, Marcos Vinícius. A educação das relações raciais em uma perspectiva histórica. Araucária, Curitiba, v. 24, n. 51, 2022.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 21, p. 40-51, 2002.

_____. Educação, identidade negra e formação de professores: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. 2003. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

_____. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. São Paulo: Vozes, 2017.

_____. O movimento negro brasileiro indaga e desafia as políticas educacionais. Revista da ABPN, Brasília, v. 11, p. 141-162, 2019 (Caderno temático: Raça Negra e Educação 30 anos depois).

_____. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. 3. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: CARNEIRO, Sueli; GONZALEZ, Lélia (org.). Lugar de negro. 2. ed. Rio de Janeiro: Marco Zero, 2020. p. 13-29.

_____. Primavera para as rosas negras: propostas para um feminismo afro-latino-americano. São Paulo: Zahar, 2020.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOOKS, bell. Olhares negros: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico de 1950: características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MOREIRA, Adilson José. Letramento racial: uma proposta de reconstrução da democracia brasileira. 1. ed. São Paulo: Contracorrente, 2024.

MUNANGA, Kabengele (org.). Superando o racismo na escola. 3. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

PIZA, Edith; ROSEMBERG, Fúlvia. Cor nos censos brasileiros. Revista USP, São Paulo, n. 40, p. 122-137, dez./fev. 1998-99.

ROSEMBERG, E. P. F. Cor nos censos brasileiros. Revista USP, São Paulo, n. 40, p. 122-137, dez. 1998/fev. 1999.

SANTOS, Joel Rufino dos. A inserção do negro e seus dilemas. Parcerias Estratégicas, Rio de Janeiro, n. 6, p. 110-154, mar. 1999.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. Racismo e antirracismo: a categoria raça em questão. Psicologia Política, Curitiba, v. 10, n. 19, p. 41-55, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOARES, A. M. P. Cabelo importa: os significados do cabelo crespo/cacheado para mulheres negras que passaram pela transição capilar. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPANTES MAIORES DE 18 ANOS

Título da Pesquisa: *Identidade Racial: Análise de Autodeclarações de Cor de Estudantes do Ensino Médio do Colégio Estadual Marcolino Cruz Santos (2025)*

Pesquisadora Responsável: Milena Santos Dias

Instituição: Universidade Federal de Sergipe

Curso: Licenciatura em História

Objetivo da Pesquisa: Esta pesquisa tem como objetivo analisar as autodeclarações de cor/raça dos estudantes do ensino médio do Colégio Estadual Marcolino Cruz Santos, visando compreender as percepções e experiências relacionadas à identidade racial no ambiente escolar.

Procedimentos: Você será convidado(a) a responder a um questionário que aborda questões sobre sua autodeclaração racial e experiências relacionadas. A participação é voluntária e consiste apenas no preenchimento deste questionário.

Riscos e Benefícios: Não há riscos significativos associados à sua participação. Embora não haja benefícios diretos, sua contribuição é valiosa para o avanço do conhecimento acadêmico sobre identidade racial no contexto educacional.

Confidencialidade: Todas as informações fornecidas serão tratadas com estrita confidencialidade. Seu nome e seus dados pessoais não serão divulgados, garantindo seu anonimato e evitando qualquer constrangimento pessoal.

Custos e Pagamentos: Não haverá custos ou compensações financeiras pela sua participação nesta pesquisa.

Liberdade de Participação: Sua participação é totalmente voluntária. Você pode optar por não participar ou desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou necessidade de justificativa.

Esclarecimentos: Em caso de dúvidas ou necessidade de informações adicionais, você pode entrar em contato com a pesquisadora responsável:

- **Nome:** Milena Santos Dias
- **E-mail:** diasm5527@gmail.com
- **Telefone:** (79) 99824-2082

Após receber e compreender as informações acima, declaro que estou ciente dos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa. Concordo voluntariamente em participar, sabendo que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades.

Nome do(a) Participante: _____

Assinatura: _____

Data: ____ de _____ de 2025.

ANEXO- II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPANTES MENORES DE 18 ANOS

Título da Pesquisa: *Identidade Racial: Análise de Autodeclarações de Cor de Estudantes do Ensino Médio do Colégio Estadual Marcolino Cruz Santos (2025)*

Pesquisadora Responsável: Milena Santos Dias

Instituição: Universidade Federal de Sergipe

Curso: Licenciatura em História

Objetivo da Pesquisa: Esta pesquisa tem como objetivo analisar as autodeclarações de identidade racial dos estudantes do ensino médio do Colégio Estadual Marcolino Cruz Santos, visando compreender as percepções e experiências relacionadas à identidade racial no ambiente escolar.

Procedimentos: O(a) participante será convidado(a) a responder a um questionário que aborda questões sobre sua autodeclaração racial e experiências relacionadas. A participação é voluntária e consiste apenas no preenchimento deste questionário.

Riscos e Benefícios: Não há riscos significativos associados à participação. Embora não haja benefícios diretos, a contribuição do(a) participante é valiosa para o avanço do conhecimento acadêmico sobre identidade racial no contexto educacional.

Confidencialidade: Todas as informações fornecidas serão tratadas com estrita confidencialidade. O nome do(a) participante e seus dados pessoais não serão divulgados, garantindo o anonimato e evitando qualquer constrangimento pessoal.

Custos e Pagamentos: Não haverá custos ou compensações financeiras pela participação nesta pesquisa.

Liberdade de Participação: A participação é totalmente voluntária. O(a) participante pode optar por não participar ou desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou necessidade de justificativa.

Esclarecimentos: Em caso de dúvidas ou necessidade de informações adicionais, os pais ou responsáveis podem entrar em contato com a pesquisadora responsável:

- **Nome:** Milena Santos Dias
- **E-mail:** diasm5527@gmail.com
- **Telefone:** (79) 99824-2082

Autorização dos Pais ou Responsáveis:
Declaro que fui informado(a) de maneira clara e completa sobre os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios desta pesquisa, e consinto, de forma livre e esclarecida, a participação de meu filho/minha filha [nome do(a) participante], no estudo mencionado, com a garantia de que a identidade do(a) participante será mantida em sigilo.

Estou ciente de que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem qualquer penalidade, caso deseje.

Nome do Responsável: _____

Assinatura do Responsável: _____

Nome do(a) Participante (Menor de Idade):_____

Assinatura do(a) Participante (Menor de Idade):_____

Data: ____ de _____ de 2025.

ANEXO III

QUESTIONÁRIO

Dados Pessoais	
Gênero:	**Idade:** _____ anos
• ( ) Feminino • ( ) Masculino • ( ) Não binário • ( ) Prefiro não responder • ( ) Outro. Qual? _____	**Série:** • ( ) 1º ano do Ensino Médio • ( ) 2º ano do Ensino Médio • ( ) 3º ano do Ensino Médio

1. Qual sua cor ou raça? ***(IBGE)***

( ) Branco

( ) Preto

( ) Pardo

( ) Indígena

( ) Amarelo

2. Quais critérios você utilizou para se autodeclarar na resposta anterior?

( ) Características físicas

( ) Origem familiar

( ) Posição social

( ) Características físicas e origem familiar

3. Onde você mora? ***(IBGE – Classificação de Localidade)***

( ) Área urbana

( ) Área rural

( ) Comunidade quilombola

( ) Comunidade indígena

4. Quantas pessoas moram na sua casa, incluindo você?

( ) 1 pessoa

( ) 2 a 3 pessoas

( ) 4 a 5 pessoas

( ) 6 ou mais pessoas

5. Qual é a principal fonte de renda da sua família? *(IBGE – Estratificação Socioeconômica)*

( ) Trabalho formal (com carteira assinada ou serviço público)

( ) Trabalho informal (sem carteira assinada, autônomo, freelancer, etc.)

( ) Agricultura familiar ou pesca

( ) Programas sociais (exemplo: Bolsa Família)

( ) Outros. Quais? _____

6. Qual é a escolaridade do seu responsável com maior grau de instrução?

( ) Nunca estudou

( ) Ensino fundamental incompleto

( ) Ensino fundamental completo

( ) Ensino médio incompleto

( ) Ensino médio completo

( ) Ensino superior incompleto

( ) Ensino superior completo

7. Sua residência possui os seguintes serviços básicos? *(Marque todos os que se aplicam)*

( ) Água encanada

( ) Rede de esgoto ou fossa séptica

( ) Coleta de lixo regular

( ) Energia elétrica

( ) Acesso à internet

8. O ambiente escolar contribui para a construção da sua identidade racial (*a forma como você se enxerga*)?

( ) Sempre

( ) Na maioria das vezes

( ) Quase nunca

( ) Nunca

9. Em relação à representatividade, você se sente representado no ambiente escolar?

( ) Sempre

( ) Na maioria das vezes

( ) Quase nunca

( ) Nunca

10. Você tem estudado sobre a cultura afro-brasileira em sala de aula?

( ) Sim

( ) Não

Se *sim*, em qual(is) matéria(s)/disciplina(s)?

_____